

HABEAS CORPUS Nº 537.306 - PR (2019/0297376-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : GUSTAVO KRONBAUER DA LUZ
ADVOGADO : GUSTAVO KRONBAUER DA LUZ - RS085141
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : LUIZ CELSO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ CELSO DOS SANTOS contra acórdão proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0044771-81.2019.8.16.0000.

O paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 171, § 4º, do Código Penal. O paciente e outros três corréus são acusados de terem induzido a erro a vítima Leni Muller, aplicando-lhe o chamado golpe do bilhete premiado.

Após o recebimento da denúncia, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Paraná, buscando, em síntese, o trancamento da ação penal. Naquela oportunidade, alegou-se inépcia da denúncia e falta de justa causa, além de ausência dos requisitos legais para a manutenção da prisão preventiva. O *writ* foi parcialmente conhecido e a ordem, denegada, por meio de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ, fl. 76):

HABEAS CORPUS – PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA E FALTA DE JUSTA CAUSA – IMPOSSIBILIDADE – ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP E JUSTA CAUSA EVIDENCIADA – PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – PLEITO NÃO CONHECIDO – AUSÊNCIA DE CÓPIA DA DECISÃO QUE A DECRETOU – DOCUMENTO ESSENCIAL À IMPETRAÇÃO DO FEITO - ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL PELO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR – PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA GRAVE E IMPRESCINDÍVEL AO CUIDADO DE PESSOA IDOSA – AUSÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

DEMONSTRAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE RECEBER ATENDIMENTO MÉDICO NECESSÁRIO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL E DA NECESSIDADE DE AMPARO AO SEU GENITOR - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO – ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGADA.

Neste *writ*, a defesa sustenta que a conduta do paciente não foi individualizada pelo Ministério Público, que deixou de apresentar o fato criminoso e suas circunstâncias, limitando-se a afirmar que o paciente e Ederson Alexandre da Silva teriam contribuído para a empreitada criminosa de forma a ser esclarecida no curso da instrução criminal.

Quanto à prisão preventiva, o impetrante afirma que o paciente não foi reconhecido pela vítima nem por qualquer das testemunhas. Além disso, a própria fragilidade da denúncia é indicativo de que a segregação cautelar não se faz necessária neste momento, sendo possível a sua substituição por medidas menos gravosas, como a prisão domiciliar, ao argumento de que o paciente é idoso e portador de diabetes, além de ser o responsável por cuidar do seu pai.

Por tudo isso, postula, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com eventual imposição de medida cautelar diversa da prisão, além da suspensão do curso da ação penal até o julgamento definitivo desta impetração, por meio da qual pretende ver trancada a ação penal movida em seu desfavor.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva, tem-se que o Tribunal de origem não o apreciou, em razão de o pedido não ter sido instruído com documentação suficiente para verificação do constrangimento

Superior Tribunal de Justiça

ilegal alegado. Já que a tese suscitada pelo impetrante não foi objeto de enfrentamento pela decisão apontada como coatora, mostra-se incabível a respectiva análise de mérito no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

[...] DOSIMETRIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Inviável a concessão de habeas corpus de ofício se a matéria relativa à aplicação da pena ainda não foi analisada pelas instâncias ordinárias, pois implicaria em indevida supressão de instância.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.382.235/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 26/10/2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE DAS PROVAS. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte. Precedentes.

2. "Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada a sua incompetência para tanto e sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, da aventada nulidade das provas produzidas (...)" (HC 318.623/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 28/05/2015).

3. Agravo regimental não provido (AgRg no HC 196.282/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 18/10/2016).

Quanto à alegação de inépcia da inicial acusatória, que não teria descrito em detalhes a participação do acusado na empreitada criminosa narrada.

De acordo com o Ministério Público, o ora paciente teria sido abordado pela Polícia Militar de Santa Catarina a bordo do veículo usado no

Superior Tribunal de Justiça

cometimento do estelionato e estava em companhia dos demais acusados, sendo que cada um deles carregava considerável quantia em dinheiro, além do bilhete utilizado para a prática do crime e as jóias que a vítima entregou aos denunciados como parte do pagamento por eles solicitado.

Diante desse quadro, o Tribunal de origem concluiu pela *presença de indícios da prática, pelo paciente, do suposto delito de estelionato* (e-STJ, fl. 80), razão pela qual não considerou a inicial acusatória livre dos vícios listados no art. 395 do Código de Processo Penal, de maneira que manteve o seu recebimento.

Nesse contexto, portanto, não há como acolher, ao menos neste momento, as teses de ausência de justa causa ou de inépcia da inicial, porquanto a narrativa apresentada descreve um fato, em tese, típico, havendo indícios, ainda que escassos, de autoria, que devem ser melhor esclarecidos no curso da ação penal.

Sobre esse tema, *mutatis mutandis*:

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. — RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MEDIDA DE EXCEÇÃO. 3. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. denúncia dos SÓCIOS. funções de gerência e administração. INEXISTÊNCIA DE denúncia inepta ou genérica. IMPUTAÇÃO A todos, indistintamente, Da prática do mesmo fato delituoso. denúncia geral. possibilidade. 4. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie.

Superior Tribunal de Justiça

Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no afã de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente, a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal.

2. O trancamento da ação penal, por ser medida excepcional, somente é cabível nas hipóteses em que se demonstrar, à luz da evidência, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou outras situações comprováveis de plano, suficientes ao prematuro encerramento da persecução penal.

3. In casu, a denúncia ao imputar a conduta de suprimir Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), mediante omissão de registro de saída, nos períodos referidos pela peça acusatória, baseou-se, concretamente, nas funções de gerência e administração exercidas pelos sócios acusados, assegurando-lhes, ainda, o direito de defesa, não havendo, assim, falar em denúncia inepta ou genérica. Trata-se de denúncia geral, assim considerada aquela em que o Parquet imputa a todos, indistintamente, a prática do mesmo fato delituoso, em razão das funções exercidas por eles na sociedade, sendo certo, porém, o fato criminoso a eles atribuídos. Outrossim, maiores considerações acerca da participação delituosa de cada agente deverão ser feitas pelo juízo da causa no momento processual próprio, ou seja, por ocasião da instrução processual, à luz de todos os elementos de prova.

4. Habeas corpus não conhecido. (HC 232.351/PE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 21/3/2013, DJe 5/4/2013)

Cumpre, ainda, lembrar que, nos casos de crimes de autoria coletiva, tem se admitido a denúncia geral, a qual, apesar de não detalhar minudentemente as ações imputadas aos denunciados, **demonstra, ainda que de maneira sutil, a ligação entre as condutas dos denunciados e o fato delitivo**, conforme ocorre nos autos.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME SOCIETÁRIO. AUTORIA COLETIVA. LEI 8.137/90, ART. 1º, II. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA INAUGURAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. AMPLA DEFESA GARANTIDA. INÉPCIA

Superior Tribunal de Justiça

*NÃO EVIDENCIADA. RECURSO ORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (...). II - Nos delitos societários, a peça acusatória (ainda que não possa ser de toda genérica) é válida quando demonstra um **liame entre a atuação dos denunciados e a conduta delituosa (mesmo que não individualize as condutas de cada um)**, a revelar a **plausibilidade da imputação deduzida e permitindo o exercício da ampla defesa com todos os recursos a ela inerentes**. (...). Recurso ordinário desprovido. (RHC 51.204/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 01/06/2015).*

*AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. DENÚNCIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. TESE APRESENTADA APÓS A SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PRECLUSÃO CONFIGURADA. (...). 3. O acórdão amolda-se ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que, nos crimes de autoria coletiva, a jurisprudência desta Corte admite que a peça acusatória, embora não possa ser totalmente genérica, é válida quando, **apesar de não descrever minuciosamente as atuações individuais dos acusados, demonstra um liame entre o agir e a suposta prática delituosa, estabelecendo a plausibilidade da imputação e possibilitando o exercício da ampla defesa**. 4. A tese de inépcia da denúncia deve ser levantada antes da prolação da sentença de pronúncia, sob pena de preclusão. 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 495.231/RJ, Rel. MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 23/4/2015).*

De mais a mais, o pleito liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, devendo ser melhor analisada quando de seu julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para emissão de parecer.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

